

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.519.505 - RS (2019/0164994-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : J DA S R  
**ADVOGADO** : DANIELE SOLDATELLI BALLARDIN - RS092271  
**AGRAVADO** : A L B  
**ADVOGADO** : ANDRÉ LUIS BORGES (EM CAUSA PRÓPRIA) - RS053651

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE DIVÓRCIO. IMÓVEL DO CASAL EM USO EXCLUSIVO DO EX- MARIDO. PAGAMENTO DE ALUGUEL. DESCABIMENTO. Descabe a condenação do agravado ao pagamento de aluguel do imóvel pertencente ao casal antes da partilha, ante a existência da mancomunhão. Precedentes jurisprudenciais. Agravo de instrumento desprovido." (e-STJ, fl. 134)*

Opostos embargos de declaração, os mesmos foram rejeitados (e-STJ, fls. 327/335).

Em suas razões recursais, a agravante aponta violação ao art. 1.319 do Código Civil de 2002 e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, (a) que diante do encerramento do matrimônio por separação de fato do casal e sua saída do imóvel, é cabível a fixação de alugueres pelo uso exclusivo por parte do agravado do bem imóvel comum ao casal, (b) que a propriedade do bem é incontroversa e o mesmo encontra-se em estado de condomínio e (c) que o fato gerador da indenização é a posse exclusiva do bem e seu não acolhimento implica em enriquecimento ilícito.

O recurso especial não foi conhecido pelo Tribunal de origem em razão do não recolhimento de custas em dobro das custas após intimação e em razão de a parte recorrente não ser beneficiária de gratuidade de justiça (e-STJ, fls. 206/209).

Nas razões de agravo em recurso especial, a agravante afirma (a) que não houve deserção pois houve pedido de deferimento de gratuidade de justiça na origem e não

tendo o mesmo sido analisado pelo juízo de primeiro grau, é caso de concessão tácita do benefício, (b) que é possível formular o pedido a qualquer tempo e (c) que não se trata de efeito *ex tunc* do deferimento do benefício, devendo o pedido ser obrigatoriamente analisado.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC."*

O agravo deve ser conhecido, pois restou comprovado que a parte requereu a concessão do benefício da justiça gratuita nos autos de origem (e-STJ, fl. 26) e o Superior Tribunal de Justiça, por meio da Corte Especial, no julgamento do AgRg nos EAREsp 440.971/RS, de minha relatoria, estabeleceu a possibilidade do deferimento tácito do benefício da gratuidade da justiça não expressamente indeferido por decisão fundamentada, pois tal entendimento melhor se coaduna com a garantia constitucional de acesso à jurisdição e assistência judiciária gratuita.

Confira-se a ementa do referido julgado:

***"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. RECURSO JULGADO DESERTO. REFORMA DA DECISÃO. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA FORMULADO NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. DEFERIMENTO TÁCITO. RECONHECIMENTO. AGRAVO PROVIDO.***

***1. Presume-se o deferimento do pedido de assistência judiciária gratuita não expressamente indeferido por decisão fundamentada, inclusive na instância especial.***

***2. A ausência de manifestação do Judiciário quanto ao pedido de assistência judiciária gratuita leva à conclusão de seu deferimento tácito, a autorizar a interposição do recurso cabível sem o correspondente preparo.***

***3. A omissão do julgador atua em favor da garantia constitucional de acesso à jurisdição e de assistência judiciária gratuita, favorecendo-se a parte que requereu o benefício, presumindo-se o deferimento do pedido de justiça gratuita, mesmo em se tratando de pedido apresentado ou considerado somente no curso do processo, inclusive nesta instância extraordinária.***

*4. Agravo interno provido.*

*(AgRg nos EAREsp 440.971/RS, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/02/2016, DJe 17/03/2016)*

Com relação à suposta violação ao art. 1.319 do CC/02, tem-se que este não se encontra contemplado no objeto da controvérsia resolvida pelo Tribunal de origem, tampouco foi objeto de embargos de declaração, não se vislumbrando o prequestionamento necessário para viabilizar a interposição do presente recurso especial.

Daí a inteligência do enunciado da Súmula nº 356 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia, a qual orienta que "o ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento".

Nesse sentido:

*“AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. PROCESSO CIVIL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO REALIZAÇÃO DO COTEJO ANALÍTICO. RECURSO DESPROVIDO.*

*1. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.*

*(...)*

*3. Agravo regimental desprovido.” (AgRg no AREsp 544.459/MT, Rel. Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe de 25/11/2014)*

Ainda que assim não fosse, a transcrição de ementa de julgado do próprio Tribunal, caso dos autos, não se mostra servil para a configuração de dissídio interpretativo, pelo que na espécie incide o óbice da Súmula 13/STJ.

Ademais, o recurso não merece prosperar pela alínea "c" do permissivo constitucional em razão do descumprimento do disposto nos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, § 2º, do RISTJ. Com efeito, para a caracterização da sugerida divergência jurisprudencial, não basta a simples transcrição de ementas. Devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, sob pena de não serem atendidos, como na hipótese, os requisitos previstos nos mencionados

dispositivos.

Confiram-se os seguintes julgados:

*"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA. DAÇÃO EM PAGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. PRECEDENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.*

(...)

*III - Já é firme o entendimento desta Corte, segundo o qual a simples transcrição de ementas não basta para que se configure a divergência jurisprudencial alegada. Impõe-se a demonstração do dissídio com a reprodução dos segmentos assemelhados ou divergentes entre os paradigmas colacionados e o aresto hostilizado, o que inocorreu no presente caso.*

*IV - Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 738.797/RS, Relator o eminente Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJ de 03.10.2005)*

*"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. EXAME DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL E DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADO. ART. 255 DO RISTJ.*

(...)

*IV - Em casos nos quais só a comparação das situações fáticas evidencia o dissídio pretoriano, indispensável que se faça o cotejo analítico entre a decisão reprochada e os paradigmas invocados. A simples transcrição de ementas, sem que se evidencie a similitude das situações, não se presta como demonstração da divergência jurisprudencial.*

*Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 754.475/AL, Relator o eminente Ministro FELIX FISCHER, DJ de 26.09.2005)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de outubro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator